



1  
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**  
3 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 05.12.2014**

4 Ao quinto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às 10 h, no auditório localizado  
5 no pavimento térreo do prédio situado à rua Angélica, número 100, Jardim das Flores, município de  
6 Osasco, realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus* Osasco da UNIFESP.  
7 Participaram: a Diretora Acadêmica em exercício, Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari, que  
8 presidiu a sessão; o Diretor Administrativo, Sr. Tarcísio Martins Mendonça; os coordenadores de  
9 curso de graduação: a Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo, de Relações Internacionais; a Profa.  
10 Dra. Márcia de Carvalho Azevedo, de Administração; a Profa. Dra. Nena Geruza Cei, de Ciências  
11 Contábeis e o Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda, de Ciências Atuariais; o Prof. Dr. Mauri Aparecido de  
12 Oliveira, representando a coordenação do Eixo Comum e o Prof. Dr. Álvaro Machado Dias,  
13 representando a coordenação do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações  
14 Públicas; o representante docente, Prof. Dr. Júlio Cesar Zorzenon Costa e a Profa. Dra. Regiane  
15 Nitsch Bressan, representante do NAE, bem como os representantes dos técnicos-administrativos,  
16 Sra. Crysthian Grayce Raviani e Sra. Elaine Hipólito dos Santos Costa. Justificaram ausência os  
17 professores Dr. Fábio Alexandre dos Santos, por motivo de saúde e Dr. Luis Hernan Contreras  
18 Pinochet, por motivo de férias. O Prof. Ms. Luis Augusto Finger Maluf estava também presente  
19 assistindo à reunião. A Profa. Claudia inaugurou a sessão às 10h30min esclarecendo que já havia  
20 quórum suficiente e, dando início ao **EXPEDIENTE** consultou os membros sobre a **aprovação das**  
21 **atas** que eram simultaneamente projetadas e, dessa forma, os instrumentos datados de  
22 • **20/setembro/2013**, • **10/outubro/2014** e • **07/novembro/2014 foram aprovados por**  
23 **unanimidade**. Encerrado o expediente, a presidente informou que a Profa. Liege Mariel Petroni  
24 havia programado uma apresentação para os conselheiros a respeito das medidas mitigatórias da  
25 questão da água, mas, por motivo de saúde havia cancelado sua participação e o **INFORME DA**  
26 **DIVISÃO DE GESTÃO AMBIENTAL** foi transferido para a reunião seguinte. Iniciando os  
27 **INFORMES DA DIRETORIA ACADÊMICA**, ela comunicou: • **Congresso UNIFESP** - A  
28 continuidade dos trabalhos nos dias 8, 9 e 10 de dezembro e informou sobre a decisão do CONSU  
29 de liberar os delegados de suas atividades para poderem retomar suas participações no Congresso;  
30 • **Quitaúna** – Anunciou as festividades que ocorreriam no domingo seguinte, dia 07/dezembro, das  
31 9 h às 17 h, em razão da inauguração da rua parque. Informou que, além da rua parque, seriam  
32 entregues parte do calçamento, da ciclofaixa, da pista de caminhada e o gradil completo. Todos  
33 foram convidados a participar das atividades, que contariam com a presença do prefeito do  
34 município, Exmo. Sr. Jorge Lapas, da Reitora da UNIFESP e da direção do *campus* Osasco. Ela  
35 aproveitou para atualizar o andamento dos trabalhos compartilhando que a primeira versão do  
36 projeto paisagístico já fora feita, o projeto executivo do Prédio I estava sendo elaborado e a licitação  
37 para a construção do primeiro prédio também já estava em curso; • **II Jornada de Debates**  
38 **EPPEN** - Informou que tinham sido realizados dois dias de debate naquela mesma semana,  
39 segunda e terça-feira anteriores, ocasião em que receberam os palestrantes o Prof. Dr. Carlos Kawal,  
40 economista-chefe do Banco Safra e ex-secretário do Tesouro Nacional e também ex-diretor de  
41 operações do BNDES e o Prof. Dr. Humberto Dantas, do Insper. Os trabalhos foram realizados com  
42 docentes da casa compondo as mesas, debatendo e comentando com os convidados; • **Denúncia**  
43 **de Violência** - A Profa. Claudia lamentou o informe delicado que necessitava ser compartilhado



44 com os membros sobre a denúncia de violência sexual que havia sido feita. Ela comunicou que  
45 havia acusação contra um aluno da EPPEN por suposto estupro de uma aluna do *campus* Guarulhos.  
46 Os fatos teriam ocorrido no município de Taquaritinga, durante o InterUnifesp, havia 15 dias. A  
47 professora contou que a UNIFESP demorou a tomar conhecimento oficialmente do caso, visto que,  
48 até aquele momento não havia acusação formal. As notícias estariam sendo veiculadas e  
49 comentadas informalmente em redes sociais. Também relatou que na terça-feira anterior, quando na  
50 Assembleia Legislativa casos semelhantes ocorridos na USP estavam sendo tratados, uma advogada  
51 de um Coletivo Feminista denunciara o caso da UNIFESP. Explicou que o NAE-Osasco estava em  
52 contato com o aluno acusado, cujo nome havia sido revelado nas redes sociais, para oferecer ajuda  
53 no sentido de preservação de seus direitos e para evitar maiores conflitos. Nesse momento, o Prof.  
54 Álvaro perguntou se a suposta vítima havia registrado queixa-crime, ao que a Profa. Claudia  
55 respondeu negativamente, acrescentando que a identidade da suposta vítima era desconhecida. Ela  
56 esclareceu que a denúncia fora feita pelo Coletivo Feminista, que havia tomado conhecimento da  
57 situação ao ter sido procurado pela estudante. Acrescentou que o NAE-Guarulhos também tinha  
58 tentado contatar a estudante daquele *campus* para prestar assistência, porém, a identidade dela ainda  
59 não tinha sido revelada. O professor, então, retomou a palavra para dizer que os cartazes afixados  
60 no *campus* continham mensagens em tom agressivo e poderiam ter impacto na universidade. Ele  
61 demonstrou preocupação com a possibilidade de o *campus* Osasco ser responsabilizado por permitir  
62 divulgação das acusações no espaço público. Ele recomendou que os cartazes fossem retirados e  
63 que se cobrasse dos manifestantes que assumissem a autoria dos protestos. Na opinião do professor,  
64 toda cautela seria pouca e o *campus* não poderia ser conivente com acusações antes de qualquer  
65 julgamento. O docente enfatizou que, obviamente, repudiava qualquer tipo de crime, especialmente  
66 aquele em questão, de caráter hediondo, porém, julgava necessário o devido acolhimento ao aluno  
67 que, ao final, poderia ser considerado inocente e, portanto, estar sendo acusado injustamente  
68 naquele momento. A Profa. Claudia confirmou que o acolhimento a ambos os estudantes fora  
69 oferecido pelos NAE's, sem qualquer julgamento. Reforçou, no entanto, que o aluno não quisera  
70 comparecer e a aluna ainda não tinha a identidade conhecida. A professora leu nota de  
71 esclarecimento emitida pela PRAE, que era também projetada para os membros. Ela informou que a  
72 PRAE tinha a possibilidade de abrir uma espécie de sindicância para apurar o que de fato havia  
73 ocorrido. A Profa. Nena chamou à atenção para a nota da PRAE que, em sua opinião, era divulgada  
74 da mesma forma que os cartazes, podendo ser entendida como forma de *bullying*. Frisou que era um  
75 caso a ser tratado em âmbito jurídico, senão, poderia ser entendido como um caso de ingerência. O  
76 Prof. Álvaro concordou que a nota da PRAE tinha sido infeliz e a instituição poderia ser  
77 responsabilizada. Com a palavra, o Prof. Júlio disse entender as considerações e convidou os  
78 colegas a avaliarem com tranquilidade a situação dentro do contexto. Ele lembrou que denúncias de  
79 estupro estavam ocorrendo na USP e tinham ganhado muito espaço na mídia. Destacou que, em  
80 casos como aqueles, que alcançavam tamanha repercussão, estimulavam a agitação de alguns  
81 movimentos relacionados e que o movimento feminista da UNIFESP era forte e muito atuante. O  
82 professor alertou que, por outro lado, a instituição poderia ser acusada de repressão se os cartazes  
83 fossem retirados ou até por acobertamento do crime. Ele ponderou que a linha era muito tênue entre  
84 uma coisa e outra, não inibir o direito de defesa, mas também não coibir as manifestações. Com a  
85 palavra, a Profa. Cristina lembrou os casos do que chamou de 'inquisição pública', citando a Escola  
86 Base e uma ocorrência com um funcionário do Mackenzie. Ela frisou que os direitos de ambos os  
87 lados deveriam ser preservados. A Profa. Nena acrescentou que nos casos da USP havia vítimas e  
88 acusados já qualificados. Retomando a palavra, o Prof. Álvaro assinalou que o *campus* era



89 responsável pela gestão do espaço público e se permitisse a exposição de cartazes com conteúdo  
90 que pudesse ser caracterizado como *bullying* poderia sofrer ações jurídicas. A Profa. Claudia  
91 explicou que desde que a direção havia tomado conhecimento da situação estava em contato direto  
92 com a Reitoria, a PRAE, a direção do *campus* Guarulhos e a Procuradoria, buscando uma forma de  
93 administrar o conflito sem tentar coibir as manifestações feministas. No entanto, disse a professora,  
94 depois daquela conversa com os membros do colegiado, ela se perguntava se haveria uma posição  
95 mais adequada a ser tomada. A Profa. Nena corroborou a fala da presidente, dizendo que qualquer  
96 estupro era digno de repúdio, mas não passível de acusações enquanto o agressor não estivesse  
97 devidamente qualificado. A Profa. Márcia acrescentou que, mesmo qualificado, o agressor tinha  
98 direitos a serem preservados, pois, explicou, qualificado não significaria, necessariamente, julgado e  
99 condenado. Ela concordou que a utilização do espaço público não deveria servir àquele fim. O Prof.  
100 Júlio voltou a concordar com os colegas, mas, uma vez mais expressou sua preocupação em ter as  
101 atitudes tomadas pelo *campus* vistas como forma de censura ou repressão. Ele disse temer que o  
102 contexto delicado pudesse provocar uma atmosfera ainda mais complicada do que já era para o  
103 *campus*. Afirmou não ter conhecimento legal, mas, suspeitava que o anonimato dos cartazes  
104 pudesse ser ilegal. Em sua opinião, o movimento que colocou os cartazes deveria assumir a autoria.  
105 O Prof. Álvaro disse que havia a responsabilidade do *campus* pela gestão do espaço público e que  
106 isto poderia ser transferido, em determinadas situações. A diretora em exercício disse que  
107 consultaria a Procuradoria Federal por escrito para saber quais as medidas mais pertinentes a serem  
108 tomadas pela direção. O Prof. Álvaro, então, disse que esse seria um caso em que a  
109 responsabilidade seria transferida para a Procuradoria. A Profa. Márcia corroborou as preocupações  
110 do Prof. Júlio dizendo que não poderia haver linchamento de qualquer uma das partes e que a  
111 histeria coletiva deveria ser evitada. O Prof. Mauri disse ter sentido uma animosidade em massa  
112 iminente quando da colocação dos cartazes que ele havia presenciado. Em sua opinião, os cartazes  
113 deveriam ser retirados. O Prof. Álvaro disse que toda a forma de violência na universidade deveria  
114 ser abordada dentro de uma discussão que envolvesse docentes e outros colaboradores. Julgou que o  
115 estímulo ao diálogo sobre essas questões poderia trazer mais segurança para os alunos e para os  
116 envolvidos naquele caso específico. A Profa. Claudia elogiou a ideia do professor dizendo que seria  
117 uma boa atividade para o início do semestre letivo seguinte, já na volta às aulas. Ela acrescentou  
118 que o NAE havia conversado com representantes do movimento feminista de forma a tentar  
119 incentivar algo mais educativo como forma de protesto e repúdio, mas, algumas representantes dos  
120 movimentos haviam deixado claro que estavam em contato com os movimentos de Guarulhos e  
121 Diadema e não se mostravam dispostas a flexibilizar suas manifestações. A professora compartilhou  
122 o receio de que qualquer proibição pudesse acirrar ainda mais os ânimos. Ela informou que o  
123 movimento feminista de Guarulhos havia se recusado a conversar, porém, as representantes de  
124 Osasco tinham sido mais receptivas. A Profa. Claudia repetiu que não se sentia à vontade para  
125 mandar retirar os cartazes sem respaldo da Procuradoria e sem tentar conversar com o coletivo  
126 feminista da EPPEN. A Profa. Cristina lembrou que aquele poderia ser mais um caso de denúncia  
127 improcedente usada como instrumento político. A Profa. Nena lembrou as acusações de fraude  
128 sofridas em razão de concursos para docentes. Na ocasião, ela tinha comprovado que *e-mails*  
129 acusatórios circulavam entre os candidatos, dos quais, a banca não conhecia os contatos. Com a  
130 palavra, a Profa. Regiane esclareceu que o NAE e a PRAE eram mecanismos disponíveis para  
131 auxílio aos alunos, porém, qualquer ajuda ficava prejudicada se os próprios alunos não procurassem  
132 esses órgãos, uma vez que esse era o único caminho possível. Destacou que o inverso não era  
133 viável, o NAE ou a PRAE não poderiam procurar os alunos. A Profa. Márcia disse temer o dia em



134 que docentes seriam acusados de assédio moral por estudantes, pois, o que se via nas redes sociais  
135 era crescente. O Prof. Álvaro encerrou dizendo que já havia muitos casos de acusações pesadas e  
136 que o trabalho 'de formiga' não era valorizado, por isso, julgava que todo o cuidado seria pouco no  
137 sentido de evitar responsabilidades impróprias. Assim, foi encerrado o informe e a presidente  
138 passou a palavra ao Prof. Mauri para anúncio do **INFORME DO EIXO COMUM** - O professor  
139 comunicou a simples troca da Profa. Dra. Ana Carolina Correa da Costa Leister pelo Prof. Dr. João  
140 Alberto Arantes do Amaral na representação do Eixo Comum na Câmara de Pós-Graduação. Ele  
141 acrescentou que a troca seria efetivada em 15/dezembro, durante reunião da câmara. A Profa.  
142 Claudia lembrou que a Congregação havia aprovado a representação de cada curso e também do  
143 Eixo Comum no referido órgão. Ela passou, então, para os itens da **PAUTA: (1) Aprovação da**  
144 **abertura de concurso - área Ciências Contábeis - subárea Contabilidade Financeira** - A Profa.  
145 Nena informou que se tratava da vaga do Prof. Batistela que havia pedido exoneração. Ela explicou  
146 que até que ocorressem todos os trâmites era esperado que houvesse mais doutores disponíveis no  
147 mercado e interessados em concorrer. O Prof. Álvaro assinalou ser evidente que na referida área  
148 havia mais oferta de profissionais para o regime de trabalho de 40 horas e a Profa. Márcia se  
149 disponibilizou para auxiliar na divulgação do concurso. A Profa. Nena justificou que deixaram o  
150 período de inscrições aberto por apenas 30 dias com a intenção de realizar o concurso em fevereiro  
151 e terem a contratação em março. Ela lembrou que o período poderia ser prorrogado por mais 30  
152 dias. A Profa. Márcia sugeriu iniciar já com 60 dias, ao que o Prof. Ikeda justificou que já era  
153 necessário prorrogar por mais 30 dias, por isso tinham iniciado com 30 dias. A Profa. Nena  
154 esclareceu que os pontos eram os mesmos do concurso já realizado anteriormente, que eram  
155 projetados para ciência dos presentes. A Profa. Claudia consultou os membros que **unanimemente**  
156 **aprovaram a reabertura do concurso da área Ciências Contábeis, subárea Contabilidade**  
157 **Financeira, regime de trabalho 40 horas, titulação doutor**. E, passou para o item **(2) PDI 2016-**  
158 **2020 - Prorrogação do prazo e proposta de novo calendário** - Ela relatou que o calendário de  
159 atividades havia sido aprovado pela Congregação, porém, fazia-se necessária a aprovação de novas  
160 datas, pois o prazo máximo para entrega das informações de 15/dezembro fora adiado para  
161 15/março e, daquela forma, a presidente propunha à Comissão do PDI do *campus* Osasco novas  
162 datas baseadas no trabalho que já havia sido realizado e no que estava por fazer: lembrou que em  
163 21/novembro tinha havido a reunião para compilação dos dados enviados pelos cursos, diretorias e  
164 câmaras e, portanto, a comissão estava condensando as informações recebidas. Esclareceu que o  
165 grupo estava apenas consolidando os dados, excluindo somente as redundâncias e comentou que o  
166 desenvolvimento desse trabalho estava disponível para consulta no *website* específico do PDI:  
167 [https://sites.google.com.site/planodedesenvolvimento/home](https://sites.google.com/site/planodedesenvolvimento/home). Dessa forma, era proposta a ampliação  
168 do período de elaboração do PDI: de 19/dezembro a 30/janeiro, consulta pública ao documento  
169 preliminar consolidado (através da *web*); 06/fevereiro/2015, audiência pública; 13/fevereiro,  
170 elaboração do documento; e, 15/março, envio do documento final à ProPlan. A Profa. Nena indagou  
171 sobre os departamentos, ao que a Profa. Claudia respondeu que entre as metas constavam a  
172 formação e implementação dos departamentos. A Profa. Nena perguntou se eram processos que  
173 corriam separadamente e a presidente informou que não, os assuntos estavam sendo discutidos  
174 juntos. A servidora Elaine demonstrou preocupação com a data sugerida para a audiência pública,  
175 pois, considerava que em 06/fevereiro muitas pessoas ainda estariam em férias. A Profa. Claudia  
176 explicou que as férias, o carnaval e a primeira semana de aulas tinham sido considerados na  
177 definição daquela data, mas, afirmou que se a comissão acolheria outra data se a Congregação  
178 julgasse mais conveniente. Assim, levando-se em conta a volta às aulas, o carnaval, o período de





179 férias e a data da colação de grau, agendada para 12/fevereiro, **os membros acordaram na data de**  
180 **09/fevereiro/2015 para realização da Audiência Pública.** A diretora em exercício aproveitou para  
181 informar a data da colação de grau ordinária, não solene, a ocorrer em 12/fevereiro/2015 no  
182 auditório do *campus* Osasco. Ela mencionou que a comissão de formatura havia concordado com  
183 essa data, bem como com a data de 13/março/2015 para colação de grau extraordinária, para  
184 aqueles que, por alguma razão, não pudessem estar presentes na colação de grau em fevereiro. E,  
185 ainda, que uma comissão interna de formatura, incluindo discentes, seria composta para coordenar  
186 essas agendas. A Profa. Cristina também aproveitou a brecha na pauta para solicitar que as atas  
187 aprovadas naquela sessão fossem despachadas imediatamente para a ProGrad para que o processo  
188 de aprovação dos PPCs dos cursos pudesse fluir. A Profa. Claudia confirmou que os documentos  
189 seriam despachados assim que encerrada a reunião e deu início ao item seguinte **(3) Aprovação dos**  
190 **pontos para concurso de Livre-Docência** - Ela comunicou que o Prof. Ricardo Bueno,  
191 coordenador da Câmara de Pós-Graduação, tinha enviado carta à Congregação solicitando  
192 apreciação e aprovação dos pontos para o concurso de Livre Docência. Explicou que os membros  
193 deveriam avaliar se aprovavam os vinte pontos elencados para o certame, em seguida, os pontos  
194 aprovados seriam publicados no Diário Oficial e as inscrições abertas tanto para docentes da casa  
195 quanto externos. Ainda, esclareceu que, a aprovação pela Congregação não significava que o  
196 concurso estaria aprovado, pois teria de ser também submetido ao Comitê Técnico de Livre  
197 Docência da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que analisaria o perfil da vaga e a adequação dos  
198 pontos mediante a área e subárea que o pleiteava. Com a palavra, a Profa. Regiane, justificando que  
199 tais procedimentos eram uma novidade no *campus* e ela, como membro da comissão de bancas  
200 ainda não tinha participado de nenhum debate sobre a questão, externou que gostaria de ter maior  
201 conhecimento sobre o assunto para poder levar aos colegas de curso e poder deliberar sobre o tema  
202 de forma mais segura e esclarecida. A Profa. Claudia explicou que não se tratava de uma vaga  
203 vinculada a um código de vaga e, portanto, não carecia de aprovação da comissão de bancas. Com a  
204 palavra, a Profa. Márcia esclareceu que a convocatória inicial mencionava que a solicitação partira  
205 do curso de Administração, no entanto, a discussão deveria ocorrer no âmbito do departamento.  
206 Explicou que, uma vez que os departamentos ainda não estavam constituídos, a solicitação partira  
207 da Câmara de Pós-Graduação. O Prof. Júlio demonstrou sua satisfação em ver que o *campus*  
208 apresentaria um docente da casa para aquela prestigiada posição, justificando que aqueles que  
209 participaram de todo o histórico de esforço e muito trabalho na sua construção poderiam ser  
210 recompensados. No entanto, compartilhou também seu receio de estarem apressando as coisas. Ele  
211 comentou que, por não conhecer o assunto, tinha consultado o regimento para poder embasar a sua  
212 opinião. Ele, então, leu em voz alta o Artigo 156 do Regimento Geral da UNIFESP, que tratava dos  
213 concursos de Livre Docência e apontou que aquela seria mesmo uma questão a ser tratada pelos  
214 departamentos. Ponderou que os departamentos logo estariam organizados e poderiam fazer a  
215 devida análise dos pontos. Em sua opinião, seria melhor aguardar até que todos os trâmites legais  
216 pudessem ser cumpridos, pois, aprovar o concurso de Livre Docência naquele momento seria  
217 antecipar o processo. Acrescentou que o *website* da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
218 informava que as inscrições para a Livre Docência estavam encerradas e ainda havia outras  
219 questões que não tinham sido devidamente discutidas. Ele ponderou que o primeiro concurso  
220 daquela natureza deveria ser bem organizado, pois caracterizaria a instituição a partir de então. O  
221 Prof. Álvaro argumentou que não havia mistério na solicitação. Não havendo departamentos, a  
222 Câmara de Pós-Graduação poderia requerer. Esclareceu que o fato de não haver vínculo com um  
223 curso tinha sido debatido na comissão de curso. Ele disse ver com muito bons olhos as questões



224 levantadas, pois, apresentavam-se como a oportunidade de deixar a situação bem clara. Explicou  
225 não haver limites de vagas, de forma que quantos docentes quisessem participar, poderiam fazer a  
226 inscrição e prestar o concurso. Quantos mais nomes fossem aprovados, maior credibilidade e  
227 respeito seriam conferidos ao *campus*. Ponderou que as bancas eram compostas de forma  
228 independente e acrescentou ser uma iniciativa pioneira do curso de Administração que apontava o  
229 caminho do rigor acadêmico. Retomando a palavra, a Profa. Claudia disse que tentara obter mais  
230 informações, porém, o próprio Comitê Técnico também tinha dúvidas. A Profa. Márcia assinalou  
231 que o processo poderia ser aberto por uma instância superior e fora feito pela Câmara de Pós-  
232 Graduação e, considerando que qualquer docente poderia concorrer e para evitar conflitos, o Prof.  
233 Ricardo Bueno teria sido o único responsável pela elaboração dos pontos. A Profa. Claudia  
234 concordou que se tratava de um concurso muito importante e tendo passado pela experiência de  
235 denúncias de irregularidades em certames anteriores, ela também julgava poder ser precipitada a  
236 aprovação naquela ocasião, antes da formação dos departamentos. Destacou que, no sentido de  
237 preservar a idoneidade do concurso, seria interessante que passasse pela comissão do curso de  
238 Administração que, até aquele momento, cumpria o papel do departamento ainda em formação.  
239 Apesar de o curso de Administração já se mostrar favorável, em sua opinião, seria recomendável  
240 formalizar e documentar todo o processo que, caso contrário, poderia ser questionado por qualquer  
241 candidato que consultasse a mesma fonte utilizada pelo Prof. Júlio. Encerrou recomendando que  
242 fosse aguardada a formalização dos departamentos de modo a resolver por completo as questões  
243 suscitadas, dando sustentação e legitimidade ao concurso. Com a palavra, o Prof. Mauri assinalou a  
244 fase de crescimento experimentada pela pós-graduação, com novos cursos aprovados e com  
245 expectativa de um significativo número de alunos matriculados em pouco tempo. Destacou a  
246 importância da posição do Livre Docente e do processo como um todo e não apenas aquele  
247 concurso específico. Ponderou que o *campus* estava em vias de organizar os departamentos e  
248 concordou com a Profa. Claudia no sentido de tentar evitar problemas. Retomando a palavra, o  
249 Prof. Álvaro, mais uma vez, elogiou o debate e destacou, primeiramente, o caráter estratégico  
250 daquele concurso, que contava com o apoio e respaldo da Reitoria; depois, reforçou não se tratar de  
251 um código de vaga, o que se mostrava sempre problemático no caso de concursos; e, por último,  
252 enfatizou a responsabilidade do Comitê Técnico, que poderia receber as consultas dos diferentes  
253 órgãos a respeito daquela titulação - que não significava maiores salários e não era passível de prazo  
254 para inscrições - de forma a garantir que não houvesse posições contrárias ao concurso. O Prof.  
255 Júlio ponderou que a Livre Docência estaria ligada à área do conhecimento e, lembrando que o  
256 *campus* vencera o desgaste do processo de departamentalização e tivera a paciência de criar um  
257 procedimento padrão, julgava coerente agir com a mesma cautela na referida situação, fazendo  
258 apelo ao mesmo grau de paciência. Acrescentou que, mesmo que tivessem sido discutidos, os  
259 pontos poderiam não ser, necessariamente, adequados. O Prof. Ikeda, por sua vez, defendeu que na  
260 falta de um ente administrativo que exercesse as funções, outro poderia assumir essa  
261 responsabilidade, argumentando que, se não fosse assim, a verba da UAB não poderia ter sido  
262 trazida para o *campus*, possibilitando o gerenciamento de cursos de especialização que vinha  
263 acontecendo. Acrescentou que, não havendo chefia de departamento, a chefia imediatamente  
264 superior poderia e deveria assinar, naquele caso, a direção do *campus*. Em sua opinião, seria de bom  
265 tom, mesmo não havendo necessidade, consultar os pares, o que, ainda, configuraria como  
266 transparência interna. Terminou dizendo que via a situação apresentada como regular. Novamente  
267 com a palavra, o Prof. Mauri ressaltou a importância da participação de todos os cursos e áreas nas  
268 reuniões da Câmara de Pós-Graduação. Destacou que haveria uma reunião no dia 15 de dezembro e



269 todos os representantes seriam convocados e deveriam participar, pois, na data citada o Regimento  
270 Interno da Câmara de Pós-Graduação começaria a ser construído. Lembrou que a coordenação e  
271 vice-coordenação daquela Câmara estavam sendo exercidas em caráter *Pro Tempore* pelo Prof. Dr.  
272 Ricardo Bueno e pela Profa. Dra. Claudia Moraes, respectivamente. Frisou a importância e o caráter  
273 estratégico do concurso em questão, que demandava um encaminhamento que, em sua opinião,  
274 poderia encontrar um meio-termo entre as propostas até então apresentadas. A Profa. Claudia  
275 Tessari, então, perguntou se o curso de Administração estava abrindo mão da discussão sobre o  
276 tema no âmbito do curso, uma vez que a Coordenação do Curso havia afirmado que o assunto havia  
277 sido pautado e depois postergado e o concurso poderia ser deliberado ainda naquela sessão que  
278 ocorria. A Profa. Márcia respondeu que o assunto ficara prejudicado na reunião do curso de  
279 Administração porque o pedido de inclusão na pauta chegara um dia antes. Nesse momento, o Prof.  
280 Ikeda interrompeu para acrescentar que o Prof. Ricardo Bueno o havia informado que o tópico seria  
281 apresentado na comissão do curso de Administração como informe. A Profa. Márcia disse ter  
282 concluído que, apesar de considerar interessante a discussão interna, entendeu que a comissão do  
283 curso de Administração não poderia propor um concurso que se referia à Pós-Graduação. O Prof.  
284 Ikeda concordou com a Profa. Márcia no entendimento que a questão girava em torno da esfera de  
285 competência, ainda que dentro do mesmo departamento. Com a palavra, a Profa. Cristina insistiu na  
286 necessidade do assunto passar pela comissão de curso e ponderou que, havendo tanta urgência  
287 naquele concurso, uma reunião extraordinária deveria ter sido convocada para avaliação dos pontos.  
288 O Prof. Ikeda defendeu que havia a pressão dos prazos. A Profa. Cristina solicitou que a Câmara de  
289 Pós-Graduação estabelecesse um calendário de reuniões para o conhecimento de todos e que fosse  
290 divulgado com a devida antecedência. Novamente com a palavra, o Prof. Júlio reforçou ser  
291 desnecessário acelerar aquele concurso e concordou com as colocações da Profa. Cristina a respeito  
292 da necessidade de debater os pontos no âmbito do curso de Administração. Ratificou a posição que -  
293 em suas palavras, “havia se tornado seu mantra pessoal” - a estrutura que discute a organização dos  
294 campos do conhecimento na universidade pública é o departamento e, uma vez que os  
295 departamentos ainda estavam por serem criados, seria indicado aguardar. Reiterou que, apesar de  
296 não ter experiência em concursos para Livre Docência, sabia que os pontos deveriam ser  
297 exaustivamente discutidos antes de um concurso ser aprovado. Ele disse que não era sabido como  
298 os pontos tinham sido discutidos, fosse internamente ao curso ou na câmara competente. O Prof.  
299 Álvaro corroborou a fala anterior do Prof. Ikeda, justificando que se o *campus* fosse aguardar a  
300 criação dos departamentos para fazer as coisas, nada teria acontecido até ali. Lembrou que os  
301 candidatos seriam avaliados por banca neutra, culminando com aprovação totalmente isenta.  
302 Defendeu que a vaga era estratégica e que o *campus* deveria abraçar a oportunidade e conquistar  
303 mais poder. Em sua opinião, não havia porque esperar. O Prof. Ikeda encerrou dizendo que o perfil  
304 do profissional concursado enriqueceria a posição do *campus* junto a órgãos colegiados superiores.  
305 Findo o período das inscrições e tendo em vista o que fora discutido, a presidente destacou que  
306 havia duas posições distintas, uma que ainda não julgava clara a instância que pleiteava tal concurso  
307 (lembrando que havia pouco tempo o *campus* deixara de concursar um Professor Titular por conta  
308 de indefinição de perfil) e outra que pretendia dar prosseguimento ao processo. O Prof. Álvaro  
309 discordou da presidente, julgando haver clareza na proposição, apesar das opiniões divergentes. E,  
310 concluindo que o debate havia suscitado duas propostas, a Profa. Claudia solicitou que os membros  
311 se manifestassem a respeito dos possíveis encaminhamentos: (1) fazer uma consulta formal sobre a  
312 instância competente a propor o concurso e obtendo-se os esclarecimentos o assunto seria  
313 reapresentado novamente; e (2) aprovar o concurso da forma que estava sendo apresentada. Com 5



314 votos favoráveis, 4 votos contra e 2 abstenções, **venceu a segunda proposta e o concurso para**  
315 **Professor Livre Docente foi aprovado.** A Profa. Claudia passou para o item seguinte **(4) Alteração**  
316 **da composição da Comissão de Infraestrutura** – Concedendo a palavra ao Diretor  
317 Administrativo, o Sr. Tarcísio que esclareceu que aquela comissão era composta por ele próprio,  
318 pelo vice-diretor administrativo, Sr. João Marcelino Subires, pelo Prof. Dr. Mauri Aparecido de  
319 Oliveira e pelo discente Daniel Souza Santos. Reportou que na última reunião a comissão decidira  
320 pela inclusão de três novos membros, a arquiteta Haluane Santana de Oliveira, o engenheiro civil  
321 Dario Kazuyoshi Kobo e o Sr. Reginaldo de Lima Barbosa, da área de TI. Explicou que a formação  
322 da comissão havia sido aprovada pela Congregação e, por essa razão, submetia ao mesmo órgão a  
323 aprovação das inclusões citadas. A presidente consultou os membros e **a atualização da**  
324 **composição da Comissão de Infraestrutura foi aprovada por unanimidade.** A presidente deu  
325 início ao ponto **(5) Aprovação dos documentos dos cursos/eixos com indicadores e metas para**  
326 **seus departamentos** – A professora informou que o curso de Ciências Atuariais havia enviado o  
327 seu documento posteriormente ao fechamento da pauta e envio da convocatória final e, portanto,  
328 solicitava autorização para inclusão naquele momento. Os membros concordaram em apreciar  
329 também o material de Ciências Atuarias. Ela esclareceu que o documento com vistas a atender à  
330 Resolução 76 do CONSU já havia sido elaborado pela comissão formada na Congregação composta  
331 pelo Diretor Administrativo e pelos professores Murilo, Nena e Ricardo Bueno. A professora  
332 comunicou, então, que faria a leitura dos artigos do Regimento Geral aos quais se referiam os  
333 documentos a serem apreciados, de modo a fornecer subsídios para a análise a ser procedida. Ela  
334 leu o inciso 10 do artigo 8, o artigo 13, enfatizando o parágrafo 1 deste e, também, o 1º parágrafo do  
335 artigo 21, que se referiam, respectivamente, à atribuição complementar da Congregação de  
336 estabelecer indicadores de desempenho para os departamentos, critério a ser considerado pela  
337 Congregação para a criação dos departamentos e a formação de comissão para avaliar a cada 3 anos  
338 o desempenho dos departamentos de acordo com as metas e indicadores preestabelecidos. A Profa.  
339 Nena questionou a respeito da previsão para a criação dos departamentos e lamentou o estágio de  
340 transição em que o *campus* se encontrava, comparando-o à adolescência, quando já não se é mais  
341 criança e tampouco suficientemente adulto para tomar decisões. Opinou que a premência era a  
342 criação dos departamentos. A Profa. Claudia respondeu que as perspectivas não apontavam demora,  
343 no entanto, frisou que todos os documentos deveriam ser entregues e o processo necessariamente  
344 passaria pelo Conselho de Administração e CONSU. A Profa. Nena sugeriu a confecção de um  
345 documento único que pudesse acelerar o processo. A presidente explicou que isso poderia ser  
346 discutido pelo colegiado, o que, no entanto, não dispensaria a apresentação de metas e indicadores  
347 de cada departamento que se pretendia criar. O Prof. Ikeda argumentou que esses dados, de certa  
348 forma, eram genéricos e vinculados a questões de pesquisa extensão e docência, na graduação ou  
349 pós-graduação, o que tinha relação direta com os cursos. A Profa. Márcia se manifestou a favor da  
350 discussão específica sobre os indicadores, considerando o que fora colocado pela presidente. A  
351 Profa. Cristina explicou que não houve tempo hábil para modificar alguns indicadores qualitativos  
352 para quantitativos, pois, o modelo do processo de criação de departamentos do *campus* Guarulhos  
353 encaminhado chegou depois do documento do curso de Relações Internacionais ter sido emitido.  
354 Assim, discorreu-se sobre o conteúdo apresentado pelos cursos através daqueles documentos. O  
355 Prof. Mauri sugeriu as boas práticas para montagem de indicadores constantes do guia do  
356 Ministério do Planejamento. A Profa. Claudia confirmou que havia lido todos os documentos, com  
357 exceção do material de Ciências Atuariais apresentado depois, e ficara muito satisfeita, no entanto,  
358 apesar do planejamento estratégico bem articulado, indicadores claros se faziam necessários para





359 verificação do cumprimento das metas. Ela citou alguns exemplos de indicadores de forma a  
360 contribuir no aprimoramento das versões. Acrescentou que as metas em si eram adequadas, porém,  
361 os documentos ainda careciam de indicadores precisos que possibilitassem a verificação do  
362 cumprimento das metas. O Prof. Ikeda opinou que nada impediria a aplicação da regra “geral” de se  
363 “atingir a meta” sem quantificar, visto que o quadro docente ainda não estava completo.  
364 Argumentou que os poucos docentes de seu curso estavam engajados com outras coisas. Em sua  
365 opinião, não seria interessante prometer publicações que poderiam representar muito pouco. A  
366 Profa. Márcia explicou que o curso de Administração tentara qualificar as metas e não quantificá-  
367 las, considerando a fase ainda inicial do curso. Esclareceu que a opção fora evitar metas infundadas.  
368 O Prof. Mauri assinalou a necessidade de se mensurar a evolução dos cursos, visto que os números  
369 refletiam os resultados. Opinou que a ideia não era favorecer o “produtivismo”, mas incentivar o  
370 mapeamento dos resultados, não retardando os números. Com a palavra, o Prof. Álvaro citou que  
371 ele próprio contava com mais de 60 trabalhos publicados e, apesar de reconhecer que essas marcas  
372 de produtividade tinham seu valor, julgava perigoso que a prática se tornasse discriminatória e  
373 distanciasse o profissional da sala de aula. Julgou contraproducente para a docência e a extensão.  
374 Defendeu o amadurecimento das práticas pedagógicas. O Prof. Ikeda sugeriu a aprovação das metas  
375 e que os indicadores, não necessariamente numéricos, fossem anexados posteriormente. A Profa.  
376 Cristina, por sua vez, entendeu que havia duas propostas possíveis de deliberação, sendo uma, o  
377 encaminhamento dos quatro documentos da forma que tinham sido apresentados e a outra, proceder  
378 às necessárias inserções nos documentos, deixando claro que os departamentos ainda estavam em  
379 formação, acrescentando lista com o corpo docente e o que cada um já estava desenvolvendo.  
380 Retomando a palavra, a Profa. Claudia esclareceu que o significado do termo “indicadores  
381 quantitativos” citado em sua fala tinha sido distorcido, pois não se referia apenas à produção  
382 docente, mas tinha o intuito de possibilitar a verificação do cumprimento das metas estabelecidas  
383 por departamento. Assinalou que sem os indicadores ficaria difícil proceder qualquer avaliação.  
384 Sugeriu acrescentar às propostas da Profa. Cristina adequações para que uma atividade não tivesse  
385 maior relevância que outras, e as metas e indicadores deveriam balizar essa questão. Insistiu que os  
386 indicadores eram necessários para atender o que era solicitado pelo regimento ou, então, a palavra  
387 “indicadores” deveria ser suprimida do documento. A Profa. Nena argumentou que os regimentos  
388 dos departamentos teriam ferramentas de avaliação. A Profa. Márcia discordou da supressão da  
389 palavra “indicadores” e propôs que a lista do corpo docente fosse anexada aos documentos. A Profa.  
390 Cristina ponderou que, com a lista de docentes anexada, o documento com informações  
391 quantitativas serviria para mostrar as projeções, podendo mencionar, inclusive, aquilo que falta. O  
392 Prof. Júlio pediu esclarecimentos sobre a lista de docentes, visto que, para ele, se o futuro  
393 departamento a incluísse no documento sem a consulta aos professores isso significaria a adesão  
394 automática do docente ao departamento referente ao seu curso, ao que os coordenadores de curso  
395 presentes, professoras Cristina, Márcia e Nena e professor Ikeda, responderam afirmativamente. A  
396 Profa. Claudia, então, consultou os membros pedindo que aqueles que fossem favoráveis à  
397 aprovação dos documentos de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Relações  
398 Internacionais, **com a complementação da listagem de docentes e o acréscimo do parágrafo**  
399 **referente aos indicadores**, se manifestassem levantando o braço. **Os documentos foram**  
400 **aprovados por todos os presentes**, e a diretora em exercício se comprometeu a encaminhar a  
401 documentação na medida em que fosse sendo recebida de cada curso independentemente.  
402 Encerrado o último ponto, a presidente consultou os presentes sobre quórum mínimo para os  
403 conselheiros se reunirem na primeira sexta-feira de janeiro de 2015 e mediante as manifestações



404 contrárias, ela declarou suspensa a sessão de janeiro do ano vindouro. Assim, às 13h02min a sessão  
405 foi encerrada e eu, Maristela Bencici Feldman lavrei esta ata que vai assinada por todos os  
406 presentes.

407 Osasco, 05 de dezembro de 2014.

408 \_\_\_\_\_  
409 Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari

410 \_\_\_\_\_  
411 Sr. Tarcísio Martins Mendonça

412 \_\_\_\_\_  
413 Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo

414 \_\_\_\_\_  
415 Profa. Dra. Márcia de Carvalho Azevedo

416 \_\_\_\_\_  
417 Profa. Dra. Nena Geruza Cei

418 \_\_\_\_\_  
419 Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

420 \_\_\_\_\_  
421 Prof. Dr. Mauri Aparecido de Oliveira



422

423

---

Prof. Dr. Álvaro Machado Dias

424

425

---

Prof. Dr. Júlio Cesar Zorzenon Costa

426

427

---

Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan

428

429

---

Sra. Crysthian Grayce Raviani

430

431

---

Sra. Elaine Hipólito dos Santos Costa

432

433

---

Maristela Bencici Feldman